

Roberto Campos culpa o governo

O embaixador Roberto de Oliveira Campos responsabilizou o excesso de gastos do governo pela inflação brasileira, ao afirmar que "a inflação é maior quanto maior é a intervenção do governo na economia, seja por intermédio do Estado-empresário, seja pela intervenção regulatória".

Em conferência que fez ontem na Associação Comercial de São Paulo, no encerramento do Seminário sobre Reforma Tributária, o ex-ministro do Planejamento de Castello Branco tomou os exemplos de três países — Suíça, Japão e Alemanha Federal — para mostrar sua relação com a inflação. "Na Suíça, onde a intervenção do Estado é praticamente nula, não há praticamente inflação. Situação semelhante ocorre no Japão, onde a intervenção do Estado é limitada a serviços essenciais, e na Alemanha Federal. Uma exceção é a Áustria, que melhorou sua economia após exportar seus grandes economistas".

A França, segundo Campos, aumenta a intervenção direta e a regulação, "e o resultado será mais

inflação". Os Estados Unidos, onde a intervenção estatal é pequena, estão com menos inflação porém com mais desemprego, devido a um momento difícil da política de estímulo à oferta. "A tendência provável é de menos intervenção estatal e menor ritmo inflacionário", disse o embaixador, recordando que nos Estados Unidos está passando a prevalecer a regra de que em primeiro lugar estiam-se as receitas, para depois definir-se as despesas. Admitiu, porém, que o entendimento clássico segundo o qual o déficit fiscal tende a diminuir, quando se reduz a carga fiscal, "não está funcionando nos Estados Unidos", por existir um "bloco intratável de despesas militares".

O Código Tributário

Campos justificou o sistema tributário idealizado por ele e Octávio Bulhões em 65, mas defendeu



uma reforma que incorpore os princípios de discriminação de renda para evitar a dupla incidência dos impostos, afastamento de impostos "em cascata", definição de um ICM mais distributivista e transformação do Imposto de Renda na mola-mestra do sistema.

Considerou que nos últimos 17 anos "o IPI foi melhorado e simplificado", mas "o IOF, concebido como reserva monetária, transformou-se em imposto sobre importação, encarecedor do crédito e da produção". Argumentou que o PIS-Pasep e o Finsocial "perturbaram a nitidez conceitual do princípio tributário, com cascataamento e repique tributário".

Admitiu que os contribuintes que pagam Imposto de Renda na fonte sofrem mais do que "quem tem recebimentos diferidos", e condenou a sonegação e o uso das

holdings pessoais como forma de fugir à tributação. Campos lamentou que o Brasil não passe a taxar os sinais exteriores de riqueza (aquisição de automóveis de luxo, viagens, etc.).

Campos apresentou algumas idéias para uma reforma tributária:

1. A necessidade de uma visão integrada da carga tributária nos seus diversos níveis (União, Estados, Municípios) e formas, inclusive contribuições, empréstimos compulsórios, preços e tarifas de empresas estatais em situação monopolística.

2. Convém fortalecer a economia municipal como célula econômica básica.

3. O sistema fiscal deve basear-se em impostos diretos. Hoje, Estados Unidos e Grã-Bretanha já seguem o caminho contrário, mas "aqui o sistema fiscal é regressivo".

4. A diminuição da carga fiscal só é viável com a redução do governo. "Só assim evitaremos que o Brasil seja capitalista em retórica e cripto-socialista na prática".